

BASE DE LUTA

O COLETIVO BASE é formado por trabalhadores de várias universidades públicas que comungam concepções de movimento sindical. Nosso objetivo é organizar as lutas pela base para melhorar as condições de vida dos trabalhadores para fazer da FASUBRA e dos sindicatos filiados instrumentos da mudança social. Sonhamos com uma sociedade justa e igualitária que divida o pão e que amplie os direitos democráticos!

NÓS NÃO VAMOS PAGAR PELA CRISE

O modelo neoliberal instituído mundialmente nos anos 80 tem se mostrado, de forma mais evidente desde 2008 com a eclosão da crise financeira, não ser uma boa alternativa a seguir. Desde então, a economia mundial ficou mais instável e vulnerável a crises, as desigualdades entre países e classes têm aumentado e a concentração de renda e riqueza tem se aprofundado: em breve os recursos acumulados pelo 1% mais rico do planeta ultrapassarão tudo o que os demais 99% possuem.

A Grande Recessão de 2008 desestabilizou a economia mundial, causou grandes perdas, privações e retirou direitos dos trabalhadores. Direitos que foram conquistados através de muitas lutas em décadas passadas e que agora são fragilizados, e até infringidos, a favor da manutenção desse sistema que só continua beneficiando os já historicamente beneficiados. Na Europa, especialmente na Grécia, Espanha e Portugal, a Troika (FMI, BCE e Comissão Europeia) tem imposto planos de ajuste que, além da retirada de direitos, tem causado aumento do desemprego, pobreza e exclusão social.

Para sair da crise estrutural do capitalismo, as burguesias nacionais e o imperialismo continuam atacando os direitos históricos e os padrões de vida da classe trabalhadora e dos povos. Esse ataque é feito através de duríssimos “planos de austeridade” ditados pelo imperialismo e que são aplicados por governos capitalistas.

A esta realidade soma-se a instabilidade crescente (econômica e política) que começa a se expressar na América Latina, onde, depois de vários anos, reaparecem as enormes manifestações populares e greves gerais (Brasil, Argentina, Venezuela, México, Paraguai). Muitas dessas manifestações enfrentando governos de colaboração de classes, que apresentam em sua aparência uma estética social de esquerda com migalhas para a maioria do povo, mas em essência aplicam um programa que beneficia o sistema financeiro, a grande indústria e o agronegócio.

Da mesma forma como acontece no mundo, o governo federal (Dilma-PT/Temer-PMDB), os governos estaduais e municipais e todo o Congresso Nacional utilizam-se de um discurso falacioso de responsabilidade orçamentária e, para garantir o pagamento da dívida e lucros dos grandes empresários, todos governos jogam o peso da crise econômica nas costas dos trabalhadores. Apoiado pela imprensa burguesa, os governos alegam que o problema está na pequena fatia do orçamento que é destinada às políticas sociais e aos investimentos. Esta política de ataque ao papel do Estado como indutor do desenvolvimento e regulador do mercado, representa o aprofundamento das políticas neoliberais de Estado mínimo.

Nos últimos 10 anos houve crescimento econômico, mas não houve uma repartição igualitária do bolo. Os empresários levaram muito mais que a classe trabalhadora e não houve nenhuma mudança estrutural nas causas da desigualdade social no país.

O governo Dilma, por sua vez, para garantir a reeleição, escolheu fazer alianças políticas ainda mais conservadoras, se aliando a partidos como PMDB e entregou, já no início do mandato, ministérios importantes como o Ministério da Agricultura à Kátia Abreu (representante dos latifundiários no país) e a Joaquim Levy (representando os banqueiros) o Ministério da Fazenda. Ao longo dos seus últimos mandatos, o PT optou por adotar o mesmo discurso de manutenção do Estado neoliberal e, com o acirramento da crise econômica e política, vem retirando direitos e aplicando cortes bilionários no orçamento, principalmente de programas sociais, enquanto continua a destinar quase metade dos recursos do país ao pagamento dos juros da dívida pública (R\$978 bilhões, 47% do PIB, de acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida), beneficiando as grandes corporações e os rentistas. Dessa forma, o governo se coloca ao lado dos banqueiros, das multinacionais e da imprensa, abandonando a classe trabalhadora com leis e decretos que arrancam nossos direitos, diminuem os empregos e aumentam a inflação.

Mas, assim como o povo grego, que tem se colocado nas ruas em repúdio às políticas adotadas, no Brasil temos presenciado o aumento das lutas dos trabalhadores que não aceitam pagar pela crise. No primeiro semestre, vimos lutas como as dos metalúrgicos de São José dos Campos que, em uma greve vitoriosa, conseguiram pôr fim ao plano de demissões das montadoras automotivas. No funcionalismo público de todo o país - em especial os setores da educação - tivemos importantes greves como os professores do Paraná e de São Paulo, que lutaram contra os ataques dos governadores Beto Richa (PSDB/PR) e Alckmin (PSDB/SP); o funcionalismo público no Rio Grande do Sul, que repudiou os ataques de Sartori (PMDB); e muitas outras greves estaduais.

As lutas seguiram e outros setores se incorporaram. As universidades federais fizeram uma greve histórica, com mais de 120 dias em luta, assim como o INSS, o Poder Judiciário Federal e vários outros setores do funcionalismo que lutaram de maneira unificada contra os ajustes fiscais. Depois foi a greve dos correios, agora a greve dos bancários, além das mobilizações dos petroleiros.

As greves, por mais que tenham em seus eixos suas pautas específicas e lutem por melhores salários e melhores condições de trabalho, estão todas conectadas às políticas econômicas de ajuste fiscal. Com os planos de ajuste apresentado pelo governo, houve um aumento do desemprego, aumento da inflação, redução de direitos, cortes nas aposentadorias e pensões, redução de salários. Associados aos cortes nos orçamentos de saúde, educação e as demais áreas sociais, a classe trabalhadora enfrenta a crise econômica com mais dificuldade. Isso faz com que os trabalhadores necessitem cada vez mais de uma mudança, uma mudança que só será possível nas ruas e nas lutas.

Na Unicamp, o ajuste é implementado com a retirada de direitos e cortes que atingem os trabalhadores. A GR02 do início do ano cortou contratações, reduziu verbas de investimento e Tadeu não garantiu sua promessa de campanha de isonomia aos trabalhadores.

Para que nós possamos também lutar contra todos esses cortes, precisamos que o STU entre em sintonia com os movimentos nacionais e as diversas lutas que estão acontecendo, exercendo o papel de aglutinador da categoria e condutor dos enfrentamentos. Precisamos avançar a fim de que as lutas que enfrentam se unifiquem, garantindo que o movimento lute para além dos problemas locais, enfrentando os ataques que atingem todos os trabalhadores. Por isso, a greve geral no Brasil, assim como tem sido em diversos países no mundo, é a nossa ferramenta para unificar as lutas contra o ajuste fiscal.

Para tanto, é necessário que o STU assuma o caminho da construção de uma entidade fortalecida e próxima da realidade dos trabalhadores que representa.

POR UMA ESQUERDA PLURAL E UNIDA

O diagnóstico universal que escutamos por aí é que a direita sabe se unir, enquanto a esquerda se dispersa facilmente. A direita é capaz de se unir pragmaticamente em torno de um objetivo comum, enquanto o que faltaria à esquerda é um certo "pacto de unidade" capaz de conduzi-la na luta contra o inimigo comum: o capital e a burguesia.

Essa lamentação não dura mais de 100 anos a toa. Ela se repete e não se soluciona porque, em partes, está errada. Precisamos sim de uma esquerda mais unida, porém que não seja mais UMA ESQUERDA, e sim uma ESQUERDA MÚLTIPLA. A lógica centralizadora, como tem sido buscada pela esquerda brasileira até hoje, é um dos nossos piores defeitos e a busca da unidade homogênea é exatamente nosso ponto fraco.

O que a direita sabe, ao contrário do que o conhecido jargão prega, é não que precisa da unidade. A direita pode conviver com liberais e conservadores, simpatizantes dos direitos humanos e fascistas, tudo ao mesmo tempo. Ela não demanda a unidade, pura e crua. E é isso que a esquerda precisa aprender: A CONVIVER COM O MÚLTIPLO.

Devemos buscar incorporar às lutas sociais todos que o capitalismo descarta. Devemos reconhecer que existem variações possíveis em pauta e que elas não precisam convergir em UM COLETIVO, UM PARTIDO, UMA ESQUERDA. Para isso, precisamos deixar de eliminar possíveis alianças que poderiam consolidar um novo campo político capaz de efetivamente enfrentar nossos inimigos, contando com boa parte dos trabalhadores, que se veriam contemplados na multiplicidade para dar conta da tarefa.

Sendo assim, fazemos um chamado especial a todos os setores de esquerda, aos companheiros e companheiras, independentes ou organizados em correntes combativas, para se somarem às lutas que fortaleçam a classe trabalhadora, passando por cima de bandeiras partidárias e diferenças táticas em prol de um sindicato mais representativo e agregador, capaz de ser combativo e de gerar conquistas efetivas à categoria. Que seja, de fato, independente de governos e Reitorias e que lute sempre em defesa de melhores condições de vida para os trabalhadores.

Os trabalhadores não podem pagar pela crise! Queremos um sindicato de luta contra os que exploram os trabalhadores! Pela unificação da esquerda da Unicamp!

A UNIFICAÇÃO DA ESQUERDA E AS CENTRAIS SINDICAIS

As Centrais Sindicais são ferramentas que unem os trabalhadores para fortalecer seus movimentos. Hoje no Brasil, existem diversas Centrais, mas nem todas estão do lado das lutas. É o caso da CUT e CTB que preferem mascarar a crise, isentando a responsabilidade do governo Dilma sobre os planos de ajuste fiscal, dizendo que existe um "golpe" em curso e por isso nós precisamos "apoiar" esse governo.

Pior do que isso, essas Centrais têm assinado acordos com o governo que retiram direitos dos trabalhadores, como é o caso do PPE (Plano de Proteção ao Emprego) onde o empregador poderá reduzir em até 30% o salário dos trabalhadores. Medidas como essa são inaceitáveis!

A CUT, que no passado unificou várias lutas e colocou milhares de trabalhadores nas ruas em choque com os governos, agora se cala para fazer a defesa do PT. A independência aos governos e patrões e a autonomia em relação aos partidos

deixou de ser uma bandeira defendida por essas Centrais que hoje se colocam como governistas.

Para nós, a unidade da classe trabalhadora deve se dar em todos os movimentos, aproximando os movimentos sociais, os movimentos populares e os movimentos sindicais, sempre com independência e levando as bandeiras classistas de construção de uma nova sociedade sem exploração, como é o caso da CSP-Conlutas.

Na Unicamp, poucos trabalhadores conhecem as diversas Centrais, o que nos coloca a necessidade de um amplo debate a respeito com a categoria. Entretanto, neste Congresso do STU irá aparecer a proposta de filiação em uma Central Sindical. Entendemos que não podemos fazer uma filiação "forçada", sem o amplo debate com os trabalhadores.

Por isso, defendemos a manutenção da resolução do último Congresso do STU, que garante a participação e a experiência da categoria com as diversas Centrais que atuam no movimento sindical da Unicamp. Com o intuito de ampliar o debate, de garantir a unidade da classe trabalhadora e de se colocar ao lado das lutas, também fazemos um chamado aos companheiros da CUT e da CTB que rompam com o governo e, na Unicamp, que rompam com o apoio (implícito ou explícito) ao Tadeu e que se unam às lutas.

EM 2015 CAIU DE VEZ A MÁSCARA DE TADEU

A realidade do ajuste fiscal e da crise econômica sentida pela classe trabalhadora também nos atinge. Na Unicamp temos salários arroxados e dissídios menores que a inflação, ficamos sem reajuste nos benefícios, ou seja, sentimos diariamente o peso da crise. A Reitoria, por sua vez, pratica salários para a alta cúpula da Universidade fora da realidade de um país em crise e, além de tudo, declarados ilegais pela Constituição de 1988.

Também estamos sofrendo com o excesso de trabalho e a ausência de perspectivas de ascensão na carreira devido à aplicação da GR-02 que impõe cortes e impede contratações de servidores técnico-administrativos.

Cansados dessa situação, realizamos uma greve com o objetivo de denunciar à sociedade a realidade da Universidade. No entanto a resposta de Tadeu foi a mesma que a dos governos e patrões: ao invés de atender as reivindicações dos trabalhadores, tentou reprimir a mobilização preparando a judicialização da greve.

Caiu a máscara do REItor. Com dinheiro em caixa, não cumpriu a promessa da isonomia, impôs contingenciamento para os trabalhadores e provou que não prioriza os funcionários da Unicamp.

Infelizmente nós não conseguimos a unidade necessária para enfrentar esses ataques. A campanha salarial foi marcada pela desmobilização da categoria: a maioria da direção do STU não se jogou para construir essa luta e houve a "ressaca da categoria" pela longa e vitoriosa greve de 2014. A campanha salarial foi enterrada: "isonomia já" afundou em "isonomia se" e o reajuste ficou condicionado à arrecadação de ICMS num cenário de crise econômica, desemprego, inflação alta e ajuste fiscal.

No 2º semestre, frente às denúncias de supersalários da cúpula dirigente da universidade, a categoria respondeu votando greve pelo corte imediato dos pagamentos acima do teto constitucional e da dupla matrícula propondo que esses recursos sejam revertidos na isonomia. Tadeu não atendeu a pauta da greve e intimidou os trabalhadores que lutam. Com isso, toda a tentativa da REItoria de manter uma imagem de gestão do diálogo caiu e se consolidou a prática de perseguição ao ativismo.

Isso ressalta ainda mais a necessidade de nos unirmos contra os ataques. Precisamos que o movimento sindical seja independente da Reitoria. Os trabalhadores que hoje atuam no movimento sindical e fazem a defesa, direta ou indireta de Tadeu, precisam definitivamente escolher o lado que estão: ou estão do lado de Tadeu ou estão do lado dos trabalhadores.

O STU precisa reafirmar sua independência e oposição à Reitoria. Nosso sindicato tem que ser declaradamente oposição ao Tadeu e a todos que atacam nossos direitos. E, neste momento onde o estatuto da Universidade está em discussão, é fundamental que o STU assuma para si a tarefa de mobilizar os trabalhadores na defesa de uma universidade para a classe trabalhadora. Esta defesa, sem dúvida, passa pela necessidade de se garantir a paridade em todos os espaços deliberativos da Unicamp, por isso, precisamos impulsionar a nossa luta pela paridade.

PARIDADE EM TODOS OS ESPAÇOS DELIBERATIVOS DA UNICAMP

A luta pela autonomia Universitária é a prova que uma educação de excelência precisa de investimentos massivos e que deve acompanhar a demanda social. Esse é um primeiro paradoxo da Universidade Pública: sendo um mecanismo de repasse de valor à sociedade, o é de maneira seletiva. Através de suas estruturas e organização política-administrativa se mostra a desigualdade entre alunos, servidores e professores. No Consu – órgão deliberativo supremo da Universidade, temos 7 trabalhadores, 9 estudantes e mais de 40 docentes (sendo 20 estatutários do Corpo docente mais os diretores de Institutos e faculdades). Sem falar no número absoluto de estudantes e funcionários que é muito maior em relação aos docentes

Os conselhos interdepartamentais, normatizado pelo artigo 136 do regimento geral da Unicamp, não prevê representação de servidores, deixando a cargo da Congregação a escolha. A Constituição da Congregação, logo em seu parágrafo único já deixa claro a desproporcionalidade e o corporativismo quando afirma “Parágrafo Único. O número de membros docentes corresponderá, no mínimo, a 70% do total dos membros da Congregação”. (Regimento Geral da Unicamp).

Nesse sentido, os direcionamentos dos representantes vão se distanciando da base da nossa categoria, uma vez que não estamos paritariamente sendo representados nos órgãos deliberativos e assim perdemos força na pactuação e negociação coletiva da nossa Universidade.

Precisamos abrir, via STU, espaços de encontro e incentivo à grupos de estudo, comissões e projetos e programas que envolvam todas as unidades em uma coordenação por interesses. Esses trabalhos precisam ser vistos como emancipatórios e devem ser reconhecidos regimental e institucionalmente pela Unicamp.

Propomos a formação de um grupo de trabalho para fazer um levantamento de todas as instâncias deliberativas, conselhos etc, em que os servidores estão ou não sendo representados, espaços que deveriam ou não serem criados de forma integrada, entre os órgãos e faculdades ou mais independente, temática, funcional, etc.

Defendemos um Cursinho Popular do STU, preparatório para o vestibular e para o ingresso na serviço público, em especial, na Unicamp. Que seja o instrumento objetivo que possa unificar a demanda social, a crítica a uma Extensão (um dos pilares da autonomia universitária) à sociedade e a oferta de cursos pagos e caros, absurdo quando nosso referencial é o público, gratuito e de qualidade.

Temos a certeza de que os servidores da Unicamp tem a motivação e a capacidade para prosseguir com esse projeto, e o STU deve institucionalizar essa

política junto à Reitoria, com acordos e mudanças regimentais para que os que se dedicarem a essa atividade possam ser reconhecidos e valorizados, abrindo uma nova perspectiva de integração e de escolhas dos servidores em desenvolverem a docência e a participação política e social com a população carente de Campinas. Temos diversas salas de aula, pessoas qualificadas e vontade de sair da mesmice, em um projeto que pode incluir a população, a Unicamp e o STU.

POR UM SINDICATO INDEPENDENTE E AUTÔNOMO

Defendemos a independência e autonomia do sindicato, que não pode ser atrelado a governos, reitorias ou partidos. Respeitamos a liberdade dos trabalhadores terem seus partidos, mas acreditamos que o movimento sindical deve seguir sendo orientado pela base dos trabalhadores.

Para isso, precisamos que as estruturas democráticas do STU aconteçam e o nosso sindicato seja instrumento de debate político com a categoria. Foi nesse sentido que defendemos a posição na assembleia do STU de que nosso sindicato não devia apoiar o ato de 16/08, que representava os movimentos pró Aécio Neves (PSDB) e Eduardo Cunha (PMDB), nem ir às manifestações como o ato do dia 20/08, que defendeu o Governo Dilma que retira direitos dos trabalhadores.

Tanto as manifestações puxadas pela direita quanto às puxadas pelo governismo vêm para atender às necessidades dos grandes empresários e retirar direitos dos trabalhadores. Em nosso país, a burguesia e o imperialismo estão unidos para garantir seus lucros. A disputa entre PSDB e PT é por quem vai aplicar o ajuste fiscal contra os trabalhadores. Por isso NÃO VAI TER GOLPE no Brasil. Nós precisamos construir nas lutas uma alternativa para a classe trabalhadora que enfrente os ataques que estão vindo, sejam eles de Dilma, Temer, Cunha, Aécio ou Alckmin.

Para isso é urgente que todas as instâncias democráticas do STU aconteçam de fato. Precisamos que o CR volte a se reunir. Precisamos de mais assembleias e reuniões de unidade. Temos que ter a política no centro do debate com as bases e a base do STU precisa ser a impulsionadora do sindicato.

Com a proporcionalidade, alguns trabalhadores têm sentido que o STU teria se perdido das lutas. A cobrança da categoria é legítima, porém isso não é responsabilidade da proporcionalidade.

Quando o STU era majoritário, os mecanismos democráticos como assembleias e o Conselho de Representantes também seguiam enfraquecidos. Isso tem se dado porque foi construído ao longo dos anos um distanciamento entre a "direção" do STU e a "base", como se o nosso Sindicato fosse apenas composto pela "direção" que teria a tarefa de "representar" o conjunto da categoria.

Não. Nosso sindicato não pode ser um sindicato de "representação", onde os trabalhadores simplesmente delegam ou "terceirizam" para a direção as decisões. Ao contrário, o sindicato é um instrumento de luta da classe trabalhadora e, para que isso aconteça, a base precisa ser a tônica que manda no sindicato, que dá as diretrizes. A direção apenas vai garantir que as decisões do conjunto da categoria sejam praticadas.

Precisamos de um sindicato que seja construído, ao contrário do que é a estrutura da nossa sociedade, que tem uma hierarquia onde os "dirigentes" estão acima de todo o resto. Esta definição é prevista em nosso estatuto, que é amplamente democrático. Nosso estatuto é fruto do rico debate que houve no final dos anos 80 e início dos anos 90 de democratização dos sindicatos, fruto do ascenso das lutas dos trabalhadores e impulsionado pela legalização dos sindicatos nos serviços públicos.

Entretanto, com o passar dos anos muitos dos eixos democráticos ficaram apenas no papel. Isso é o que precisamos retomar: o protagonismo das bases. E para que as bases possam voltar a ser protagonistas no nosso sindicato, para que possam tomar as melhores decisões e conhecer as diferenças de pensamento que existem dentro da Universidade representadas pelos diversos coletivos, a proporcionalidade é um bom instrumento.

Garantir a proporcionalidade no STU é democrático no sentido que garante que as diversas forças que atuam na Unicamp possam participar da nossa entidade, mas, mais importante do que isso, significa abrir um diálogo maior com o conjunto dos trabalhadores. É comum que muitos trabalhadores digam que querem que a direção do sindicato "mostre o caminho", que a direção "aponte" para onde vamos. Estão corretos, afinal é papel das direções sinalizar os caminhos. Porém, existem diversos caminhos que podemos trilhar e essa decisão cabe à base, ao conjunto dos trabalhadores. E é justamente nesse sentido que é importante para os trabalhadores conhecerem os diversos pensamentos que poderão tomar uma melhor decisão.

Em uma diretoria proporcional, as assembleias ficam mais disputadas, a política assume um papel fundamental porque é o eixo condutor da tomada de decisões. Nós conseguimos romper com o mito de "só existe uma verdade" e o conjunto dos trabalhadores é levado permanentemente à reflexão.

A democracia que nós defendemos e que, inclusive sempre esteve pautada no movimento sindical da Unicamp, é a de amplo debate na base, onde todos os trabalhadores podem expressar suas opiniões livremente e, a síntese disso é o processo de votação. Aí, a decisão da maioria deve ser aplicada por todos. Ou seja, sindicato democrático é o sindicato onde há amplo espaço para o debate e unidade na ação. O que garante a combatividade e as nossas lutas é a unidade na ação. O pensamento deve ser livre e múltiplo para ser rico. A ação deve ser unificada para ser forte e expressiva.

Este é o modelo de sindicato que queremos retomar. Um sindicato que expresse a nossa unidade nas ações depois de ter sido amplamente debatido com o conjunto da categoria. Aqueles que se opuseram ou foram contra não podem simplesmente abandonar o barco porque perderam a votação. Ao contrário, devem construir a luta de maneira unificada para garantir a decisão da maioria. E, como já é nosso costume, ao final do processo voltamos e fazemos o balanço. Toda a experiência do que deu certo e do que não deu será o nosso ponto de apoio para as futuras lutas que virão. Este é o sindicato democrático que queremos retomar!

NO CONGRESSO DO STU: UNIFICAR A ESQUERDA PARA LUTAR

O STU deve impulsionar a luta da categoria com a unidade dos lutadores contra os ataques de Tadeu, Alckmin e Dilma e contra as correntes sindicais que os sustentam. A resposta para trazer o STU de volta às lutas não irá se resolver com mudanças estatutárias. O STU deve continuar proporcional e fazermos grandes lutas, com a unidade da esquerda para lutar!

Para isso precisamos garantir algumas regras da proporcionalidade que ficaram frágeis no último Congresso como, por exemplo, a distribuição dos cargos e das liberações, garantindo que tanto aquelas chapas que tiveram grande número de votação como as que tiveram menos possam efetivamente participar da estrutura do sindicato de maneira igual e proporcional.

Além disso, precisamos definir regras que não engessem a proporcionalidade como a garantia de que as chapas possam se inscrever com menos candidatos do que hoje é estabelecido.

NOSSA LUTA CONTRA AS OPRESSÕES É TODO DIA

As opressões colocam os trabalhadores em situação de desvantagem. Negros e negras, mulheres, LGBTs têm os piores empregos e recebem os menores salários. Parte da facilidade das opressões se disseminarem é sua naturalização. Sempre ouvimos piadas, gritos, ofensas e humilhações simplesmente porque somos negros, mulheres ou LGBT.

Reproduzir esse pensamento somente nos afasta da luta cotidiana que deveria ser unida. Essa divisão interessa somente para nos enfraquecer. Por isso, para nós o debate de opressões é fundamental. Mas sabemos que não tem como acabar com a opressão sem acabar com a exploração. E, por se tratar de um debate que nossa categoria tem acumulado, queremos sempre ressaltar a necessidade de se lutar diariamente contra as opressões.

Neste sentido, no Congresso queremos fazer um balanço duro de como nós fomos perdendo o debate de opressões e queremos resgatar o acúmulo, por isso reivindicamos que todas as resoluções do último Congresso sejam aplicadas para que voltemos a ter um sindicato que é pioneiro e referência no debate de opressões.

E neste ano em que temos vivenciado um aumento da imigração, precisamos compreender também que todos esses trabalhadores precisam ser respeitados no Brasil. Não podemos aceitar condições desiguais para os refugiados sírios ou haitianos. Somos todos trabalhadores e precisamos nos unir!

Mulheres

A violência contra a mulher é um problema social. A opressão é vivenciada pelas mulheres no lazer, trabalho ou em casa. A maior incidência é no âmbito doméstico, e não pode ser confundida com um problema privado. O Mapa da Violência aponta que a taxa de ocorrência no ambiente doméstico é 71,8%, enquanto em vias públicas é de 15,6%. A ideologia machista serve para naturalizar a opressão e para aumentar a exploração de um gênero sobre o outro. A violência machista mata 10 mulheres por dia no Brasil, segundo o Mapa da Violência. Homicídio de Mulheres no Brasil ocupa a 7ª posição entre 84 países em relação aos índices de feminicídio (assassinato decorrente de conflito de gênero). De acordo com as estatísticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), uma mulher é estuprada a cada 12 segundos no Brasil e a cada 2 minutos, cinco mulheres são espancadas. Mais de 60% das mulheres que sofrem violência são trabalhadoras negras.

Ter uma presidente mulher não mudou nossa realidade, é o que comprova os dados oficiais. São estatísticas lamentáveis num país dirigido por uma mulher. É urgente que se cumpra e amplie a Lei Maria da Penha e que se invista recursos na sua aplicação. Punir os agressores e garantir às mulheres condições para uma vida digna são formas concretas de combater o machismo e a violência contra as mulheres. Acreditamos que governar para a mulher trabalhadora é investir em saúde, educação, transporte, moradia e no combate à violência.

Por acreditar que sem orçamento não é possível concretizar ações e dar resposta a essa realidade cruel que sofrem milhares de mulheres todos os dias, o Movimento Mulheres em Luta (MML) iniciou uma campanha em 2014 para que o

governo federal destine 1% do PIB para o combate à violência contra as mulheres. É preciso que todas as mulheres participem desta campanha, cobrando do Governo Dilma repostas para nossas reivindicações.

Negros e negras

O governo Dilma vende a ideia de que o Brasil combate o racismo através da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (um órgão que se quer tem verba), do ProUni (que joga a população negra e carente em universidades privadas de baixa qualidade) e da proposta de cotas (inserida no projeto de Reforma Universitária que visa privatizar o ensino).

Na Unicamp, o racismo é evidente: os negros ocupam os piores postos de trabalho. Entre a década de 80 e 90, quando a Unicamp contratava servidores de nível fundamental, os negros ocupavam estes postos de trabalho e eram os mais combativos da categoria. Com a terceirização, a maioria dos negros é submetida a relações de trabalho precarizadas e perdem seu direito de lutar.

O ingresso de servidores negros via concurso público é ínfimo, pois a seleção não é isonômica: a maioria dos negros está sujeita aos piores sistemas educacionais. Por este motivo, uma política anti-racista é o sistema de cotas raciais para ingresso no serviço público.

O combate ao racismo pela atual gestão do STU está se perdendo a cada ano que passa. Em 2014, no mês da Consciência Negra, a Diretoria promoveu debates sobre os negros e o racismo, porém não jogou o peso necessário e as atividades foram esvaziadas. Neste ano, nós do coletivo Base propomos que fosse realizada a abertura do mês da consciência negra no primeiro dia do Congresso, como forma de dar destaque à atividade, porém, perdemos a votação na assembleia e agora a abertura oficial será ao final do Congresso. Isto poderá levar a uma atividade esvaziada. Não podemos admitir que isto ocorra novamente. Devemos incorporar o combate ao racismo no nosso calendário de lutas.

Orientação sexual

A discriminação e o preconceito são constantes nos locais de trabalho, nos discursos e práticas religiosas, nas relações sociais, nos meios de comunicação etc. São constantes os casos de agressões e mortes de LGBTs.

Lamentavelmente, a LGBTfobia é prática no nosso cotidiano de trabalho. A violência física, moral ou psicológica atinge centenas diariamente. Piadas e posturas preconceituosas são cotidianas. Isto faz com que milhares de trabalhadores não se expressem livremente, com medo de constrangimentos, retaliações, agressões e até demissões.

Aqui na Unicamp não temos nenhum espaço que discuta sobre o tema. O STU deve promover este debate amplamente e participar de todas as lutas contra a LGBTfobia e por direitos.

PLANO DE LUTAS

- ✓ Nem governo do PT, nem os picaretas do PMDB e PSDB;
- ✓ Não vamos pagar pela crise. Abaixo o ajuste fiscal e a Agenda (anti) Brasil!
- ✓ Ajuste nos banqueiros. Os ricos que paguem pela crise
- ✓ Estabilidade no emprego e redução da jornada sem redução salarial
- ✓ Fim da farra das privatizações e da corrupção

- ✓ Contra a redução da maioria penal
- ✓ Demarcação das terras indígenas e em defesa dos quilombolas
- ✓ Fim da violência e da criminalização dos ativistas e do povo pobre
- ✓ Isonomia já! Fim da avaliação de desempenho que divide a categoria
- ✓ Carreira unificada das estaduais paulistas
- ✓ Fim do estágio probatório
- ✓ 30h já
- ✓ Contra a autarquia do HC
- ✓ Paridade nos órgãos decisórios, retirada dos entulhos da ditadura militar dos regimentos e diretas para Reitor. Por uma universidade pública para a classe trabalhadora. Grupo de estudos no STU sobre esse tema.
- ✓ Cursinho popular no STU
- ✓ Diretoria do STU Proporcional
- ✓ Pelo direito à organização dos trabalhadores nos locais de trabalho
- ✓ Desmilitarização das polícias
- ✓ Reforma agrária, fim do latifúndio e do agronegócio, políticas públicas de amparo ao pequeno produtor
- ✓ Contra as privatizações dos aeroportos, estradas e dos campos de petróleo
- ✓ Reestatização, sem indenização, das estatais e estádios
- ✓ Punição aos assassinos e torturadores do regime militar
- ✓ Estabilidade no emprego e fim da informalidade do trabalho
- ✓ Salário mínimo conforme o cálculo do DIEESE
- ✓ Contra a terceirização
- ✓ Defesa dos direitos trabalhistas e sociais
- ✓ Reajuste das aposentadorias igual ao do salário mínimo; fim do fator previdenciário, anular a reforma da previdência comprada com dinheiro do mensalão
- ✓ 10% do PIB já para educação pública e 10% do PIB para a saúde pública
- ✓ Não pagamento das dívidas
- ✓ Redução e congelamento dos preços, tarifas e aluguéis
- ✓ Por um plano econômico dos trabalhadores, aumento geral de salários e garantia de recomposição automática evitando perdas salariais
- ✓ Estatização do sistema financeiro
- ✓ Pela unidade internacional dos trabalhadores
- ✓ Fora as tropas brasileiras do Haiti e pela autodeterminação dos povos
- ✓ O STU deve ser um ponto de apoio jurídico e de organização para os haitianos.
- ✓ Por um governo dos trabalhadores e uma sociedade socialista
- ✓ Defesa da semana da consciência negra.
- ✓ Exigir dos governos Dilma e Alckmin que 20 de novembro seja feriado nacional e estadual em memória de Zumbi dos Palmares
- ✓ Cotas para ingresso de trabalhadores negros na Unicamp
- ✓ Abaixo à violência policial contra os jovens negros
- ✓ Abaixo o machismo, o racismo e a LGBTfobia
- ✓ Salário igual para trabalho igual
- ✓ Ampliação de vagas na DEDIC e contratação de professores
- ✓ Campanha de sindicalização de mulheres
- ✓ Creche em todas as atividades do STU, greves e congressos
- ✓ Levantamento sobre a realidade funcional dos setores oprimidos na Unicamp, considerando salário, evolução funcional, cargos, assédio sexual e moral
- ✓ Realização de Encontros bienais da luta contra as opressões

- ✓ Cursos de formação que discutam as opressões
- ✓ Publicações mensais sobre opressões
- ✓ Pela criminalização da LGBTfobia
- ✓ Manutenção da resolução do último Congresso do STU garantindo a participação da categoria nas diversas Centrais que atuam no movimento sindical da Unicamp.

A SITUAÇÃO DOS HAITIANOS NO BRASIL

Após 2010, milhares de haitianos imigraram para o Brasil quando o terremoto deixou mais de 250 mil mortos e 1 milhão de desabrigados. Em busca de melhores condições de vida e estimulados pelo governo brasileiro, estes trabalhadores, após serem vítimas de coitotes que os obrigam a pagar para entrar no Brasil, encontram uma série de dificuldades para sobreviver de maneira digna. Esta discriminação é reforçada pelos governos, pois seus documentos não são legalizados e os haitianos ficam sem acesso a direitos que os cidadãos brasileiros legalmente têm. São cerca de 70 mil haitianos no Brasil sofrendo violência nas ruas e descaso dos governos. Só na região de Campinas são mais de 900 haitianos vivendo com péssimas condições. Os haitianos devem ter direito a abrigo, liberdade de organização, emprego, saúde, moradia, educação e reconhecimento de seus diplomas. O STU deve ser um ponto de apoio jurídico e de organização para os haitianos.

11 anos da ocupação militar no Haiti

A ONU renovou a ocupação militar no Haiti. Desde 2004, a chamada “Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti” (Minustah) é liderada pelo governo e os militares brasileiros a partir do mandato Lula. São inúmeras as denúncias às tropas: assassinatos, invasões de bairros, repressão a greves, estupros e contaminação do país pela cólera. O governo brasileiro cumpre um vergonhoso papel à frente dessa Missão de controle e repressão. Fora as tropas que ocupam o Haiti. Fim da Minustah para que o povo haitiano exerça sua soberania!

*Adriana Stella
Diego Alencar
Raphaela Alencar
Taigor Martino
Zago*